

MONUMENTOS RESTAURADOS E HISTÓRIAS EM RUÍNAS

O PROGRAMA MONUMENTA E A PROBLEMÁTICA DA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA RESTAURAÇÃO ARQUITETÔNICA NO BRASIL

TON FERREIRA Universidad Autónoma de Madrid

RESUMO Nas últimas décadas as restaurações arquitetônicas dirigidas pelo Programa Monumenta, suscitaram inúmeros confrontos entre arqueólogos e arquitetos. Se por um lado estes embates evidenciaram a perda da instância histórica de diversos monumentos, por outro, trouxe à arqueologia a necessidade de buscar novas bases metodológicas que contribuíssem para tomada de decisões no processo de restauro e na construção de um discurso arqueológico sobre arquitetura teoricamente orientado. Neste sentido, a introdução da metodologia da *archeologia dell'architettura*, cujos princípios e práticas foram estabelecidos por arqueólogos e arquitetos italianos a partir da introdução do método Harris de análise estratigráfica, se apresenta como uma via plausível, desde que sejam revistas as bases teóricas explicativas que orientam o seu discurso assim como se construam ferramentas que possibilitem uma leitura estratigráfica da arquitetura vernácula, evitando a continuidade dos estudos que por muito fomentou a política patrimonial “da pedra e cal”, excluindo diversos grupos que também conformaram o que hoje chamamos de Brasil.

PALAVRAS-CHAVE Restauração arquitetônica, arqueologia, Brasil

O programa *Monumenta*, cuja fase de estruturação ocorreu entre os anos de 1995 e 2000 possuía como filosofias que lastreava sua construção as ideias defendidas na conferência de Quito em 1967. A partir desta conferência, instituições como BID e UNESCO passaram a apoiar em diversos países da América Latina projetos que objetivavam a exploração econômica do patrimônio cultural sob uma filosofia sustentável.

As ações do Monumenta atingiram 26 cidades, localizadas em 17 Estados da federação brasileira. A maior parte das ações foi realizada em conjuntos históricos, ou em monumentos isolados “entre o acervo selecionado estão centenas de monumentos como museus, igrejas, fortificações, casas de câmara e cadeia, palacetes, conjuntos escultóricos, conventos, fortes, ruas, logradouros, espaços públicos e edificações privadas em todas as áreas tombadas pela União”. (Disponível em <http://www.monumenta.gov.br/site/aceso> em 05.09.2009). Com o aumento das ações do Monumenta, a problemática da arqueologia na restauração arquitetônica tomou proporção nacional. O discurso, por parte dos arqueólogos que ocupavam postos de trabalhos nos Institutos do patrimônio, parecia unívoco em sinalar que os projetos de restaurações arquitetônicas eram

levados a cabo sem a participação da arqueologia. Contudo, quando a arqueologia estava presente, os projetos eram marcados por uma insatisfação, por parte dos arqueólogos que reclamavam uma abordagem interdisciplinar em todo o processo.

Por outro lado, os arquitetos reclamavam que o tempo da prática arqueológica atrasava a dinâmica dos projetos e em muitos casos defendiam que a participação do arqueólogo não influenciava na tomada de decisões projetuais. Casos de embates entre estes profissionais seriam ainda maiores, quando a arqueologia, equivocadamente, era chamada a participar da restauração quando na remoção de pisos eram encontrados artefatos que os arquitetos, ou mesmo os fiscais do IPHAN, julgavam de interesse arqueológico. Neste último caso, a arqueologia sempre era pensada como uma pedra no caminho do andamento da obra.

Embates diretos com os arquitetos durante a obra de restauração; a frustrante incapacidade de aplicar metodologias arqueológicas capazes de contribuir para a tomada de decisões no processo de restauro e mais frustrante ainda a impossibilidade de abordar o monumento como construído de um processo culturalmente construído. Com os desmontes desorientados

do restauro se foram códigos da cultura não falada, não documentada.

Como profissionais que se interessam por um mesmo objeto, era preciso pensar onde se encontrava o ponto de paradoxo entre o arquiteto restaurador e o arqueólogo, vislumbra-los como sujeitos que passaram por um processo disciplinar onde aprenderam com seus pares a técnica e o ser profissional. Qual o papel que cada disciplina abarcou no seu processo de construção do objeto restauração? Como os arqueólogos poderiam contribuir de forma eficiente para o processo de restauração do patrimônio edificado?

ARQUEOLOGIA E RESTAURAÇÃO ARQUITETÔNICA NO BRASIL

A arqueologia histórica brasileira começou os seus trabalhos realizando intervenções em restaurações arquitetônicas, justamente quando o IPHAN buscou nesta parceria agregar uma sistemática “cientificamente” orientada nas escolhas dos monumentos por ele tombado¹. No entanto, os arqueólogos que começavam a praticar uma arqueologia mais interpretativa, fugindo da influência teórica histórico cultural, se distanciaram cada vez mais do tema, ou executavam projetos que em pouco contribuíam para o momento da restauração do edifício.

Os trabalhos que foram desenvolvidos nesses primeiros momentos buscavam a identificação de estruturas arquitetônicas e o resgate dos artefatos. Seus resultados quase sempre eram resumidos em relatórios técnicos arqueológicos de identificação de materiais e estruturas. Em alguns casos as estruturas arquitetônicas evidenciadas, quase sempre pertencentes a edifícios anteriores ou mesmo a modificações do edifício em processo de restauro, eram musealizadas e integradas na proposta final do restauro.

Pouca preocupação havia por parte dos arqueólogos com as informações que poderiam aclarar a evolução

construtiva dos monumentos edificados. Os arqueólogos se limitavam a realizar faixas de escavações de rebocos, expondo paredes, quase sempre em busca de portas e janelas “cegadas”. Muitas vezes em pouco diferiam do desmonte realizado pela obra do restauro. Certamente uma das características marcantes dessas primeiras intervenções no Brasil, que se perpetuam até a problemática atual advinda do embate entre arquitetos restauradores e arqueólogos, é a incapacidade do arqueólogo de olhar para cima, de enxergar as paredes do edifício como continuidade da estratigrafia de solo, por outro lado os arquitetos se sentiam cômodos com essa perspectiva na qual eles somente tinham que se preocupar com um edifício sem “raízes” e estilisticamente homogeneizado (figs. 1 e 2).

Em publicação de 1996, Marcos Albuquerque deixava claro sua inquietude em relação às críticas dos arqueólogos que reivindicavam uma arqueologia teoricamente orientada fosse pelo viés processual ou pós-processual. Segundo sua visão de pesquisador, era necessário parar e pensar na dicotomia que uma arqueologia histórica cognitiva trazia. Dando a entender que os novos discursos teóricos pareciam ir de encontro com a prática arqueológica virgente no país:

“Discute-se na atualidade, por exemplo, tendências processuais ou pós-processuais para a arqueologia, discussões oportunas, inegavelmente, mas que parecem acentuar uma dicotomia entre a teoria e a prática arqueológica. Dicotomia esta que parece ter origem nas diferenças entre a velocidade alcançada por estes dois segmentos. Velocidade maior na teoria que na operacionalização. Poder-se-ia imaginar, que este distanciamento se encontraria corretamente posicionado na construção do conhecimento. Afinal, o modo operacional deverá estar não apenas direcionado, mas, sobretudo balizado, pelo invólucro maior, que se constitui no bojo teórico da arqueologia. Ocorre, entretanto, que em função da diferença de velocidade alcançada nestes dois patamares, não se encontrando ainda sanados os problemas operacionais que efetivamente atendam a uma arqueologia pré-processualista torna-se praticamente impossível o salto pretendido por estas etapas teóricas. Parece que a arqueologia histórica necessita, em caráter de urgência, refletir sobre suas posturas operacionais.” (Albuquerque, 1992).

As intervenções realizadas por arqueólogos na restauração seguiram, na década de 1990, sem muita alteração: uma arqueologia histórica praticada dentro de um edifício que seria restaurado, com pouco ou nenhum impacto sobre a fase projetual. Com as pressões advindas do aumento da especialização e divulgação da arqueologia, um tema que antes poderia ser simplesmente ignorado passou a ser vislumbrado como

1. Em texto que objetivava revisar percurso da disciplina no Brasil Lima ressaltava em 1993 que até o início da década de 1980 diversos trabalhos da arqueologia em restaurações arquitetônicas havia sido levados a cabo, quase todos em parceria com o IPHAN “Escavações nas Reduções jesuítas do Rio Grande do Sul (repassadas à Universidade); no Paço Imperial, no Rio de Janeiro; na Casa da Fundação do Ouro de Goiás; no antigo cais da Praça XV, no Rio de Janeiro (repassada ao município); na Casa dos Pilões, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro (executada pela 6a DR); em Vila Flor, no Rio Grande do Norte (repassada à Universidade); na Praça do Pelourinho, no centro histórico de Salvador; nas fortificações de Santa Catarina. Prospecções na Casa de Banho de D. João VI, no Rio de Janeiro; em Tiradentes, Minas Gerais; no centro histórico de Alcântara, Maranhão; nas dependências do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro”. (Lima, 1993). No nordeste podemos afirmar que o maior número de trabalhos nesse primeiro momento foram levados a cabo pelo arqueólogo Albuquerque, ver <http://www.brasilarqueologico.com.br>.



1. Escavações arqueológicas no quintal do sobrado do IPHAN-SE em processo de restauro, desassociado do projeto de restauro.

uma falha de operacionalização por parte do IPHAN, de modo que no último grande programa de restauração arquitetônica no Brasil, foi publicado um manual com objetivo de orientar as intervenções em projetos de restauração arquitetônica (Najjar *et al*, 2002). O manual trabalha com a visão do edifício histórico como um artefato, uma perspectiva que vem sendo duramente criticada por arqueólogos e arquitetos que tem se debruçado sobre o estudo do edifício, especifi-

camente no momento da restauração (Brogiolo, 2002; Azkarate, 2002). Estes profissionais reivindicam o status de sítio arqueológico, pois a interpretação da estratigrafia das paredes seguem os mesmos critérios da leitura estratigráfica arqueológica proposta por Harris (1991) para a interpretação de uma estratificação antropológicamente concebida. Pensar na edificação como um artefato preso no tempo e espaço é justificar interferências metodológicas



2. Desmonte e restauração de reboco sem leitura estratigráfica.

que busquem trazer a tona determinadas características estéticas que se julga está aprisionada na edificação. Neste sentido, a ideia do edifício histórico como artefato, leva o arqueólogo a incorrer no equívoco de buscar elementos estilísticos originais, descartando assim toda uma base material que exemplifica as “mudanças nas relações sociais” que por sua vez não são estáticas e podem ser visualizadas nas diversas interferências pelas quais passou o monumento no decorrer dos séculos.

Assim, em 2008 foi publicado, também pelo programa Monumenta, um livro com caráter de manual técnico pelo arquiteto restaurador Mario Mendonça (2008). O autor traz a nossa discussão dados bastante importantes: a visão de um arquiteto que se posiciona reflexivamente sobre o tema e não a partir do choque direto com o arqueólogo em campo.

Primeiramente esclarece o papel da arqueologia na restauração arquitetônica como disciplina que pode dá bases para o arquiteto restaurador. O labor acurado do arqueólogo pode trazer uma boa memória evolutiva sobre o “organismo arquitetônico sobre o qual estamos debruçados, fundamentando as decisões da nossa intervenção”. O autor ressalta ainda que os achados frutos dessas descobertas evolutivas seriam integrados ou não na tomada de decisões finais da restauração, e ressalta que essa é uma tarefa da qual o arquiteto não deve abrir mão. “As investigações arqueológicas vão nos permitir, também, evitar que, com uma abertura de cava indevida ou ocupação inadequada do terreno, cancelemos algum achado importante da memória do bem cultural que estamos procurando resgatar ou dificultemos futuras escavações esclarecedoras” (Mendonça, 2008, p. 110).

Mesmo não citando nenhum trabalho sobre arqueologia da arquitetura o autor é bastante coerente no que pode o arqueólogo contribuir para o projeto de restauração arquitetônica. Da mesma forma que deixa claro que em muitos trabalhos os métodos e técnicas da arqueologia tem deixado a desejar no que se refere a sensibilidade ao abordar o monumento como objeto de estudo. Ressalta ainda, que os problemas atuais são decorrentes da vaidade pessoal dos profissionais envolvidos no restauro, especificamente arqueólogos e arquitetos que por desconhecimento da área do outro acabam agindo como se o seu trabalho fosse melhor e mais importante que a do outro profissional.

Ainda que não reflexione diretamente sobre a arqueologia e o restauro arquitetônico, os trabalhos realizados pelo arqueólogo Zarankin devem ser inseridos nessa discussão, pois como assinalamos anteriormente os arqueólogos ligados à vertente pós-processual acabaram influenciando indiretamente os estudos

da arqueologia no restauro arquitetônico. A abordagem consiste na utilização da metodologia de autores como Hillier e Hanson (1984), para realizar análise da conformação da arquitetura criada e seus significados na organização do cotidiano de grupos determinados. No caso da tese em questão, o objeto analisado foi a estrutura das escolas de Buenos Aires no início do século XX. Na aplicação da metodologia o autor especifica as categorias por ele utilizadas: “forma – morfologia da estrutura arquitetônica, função – relacionada com o tipo de atividades que são pensadas e que se realizam dentro dessa estrutura arquitetônica, organização espacial – a organização espacial tem haver com a maneira como os espaços se vinculam e se relacionam entre si e dentro da estrutura arquitetônica” (Zarankin, 2001, p. 119).

Estas categorias são aplicadas a uma análise do espaço construído, buscando nas suas configurações as relações de conectividade ou não, as quais induziriam o indivíduo por estes espaços previamente pensados. “Assim, medindo as análises de variáveis como forma, função e organização espacial, é possível obter-se um panorama básico sobre o modo como os mecanismos de controle e poder encontram-se presentes em uma determinada estrutura” (Idem, p. 123).

Embora esta abordagem forneça uma rica interpretação do edifício, em nada contribui para as decisões do restauro. Este seria a nosso ver um segundo momento do trabalho do arqueólogo sobre o edifício a ser restaurado. A compreensão da materialidade construída e suas modificações são de suma importância para a tomada de decisões no processo de restauro.

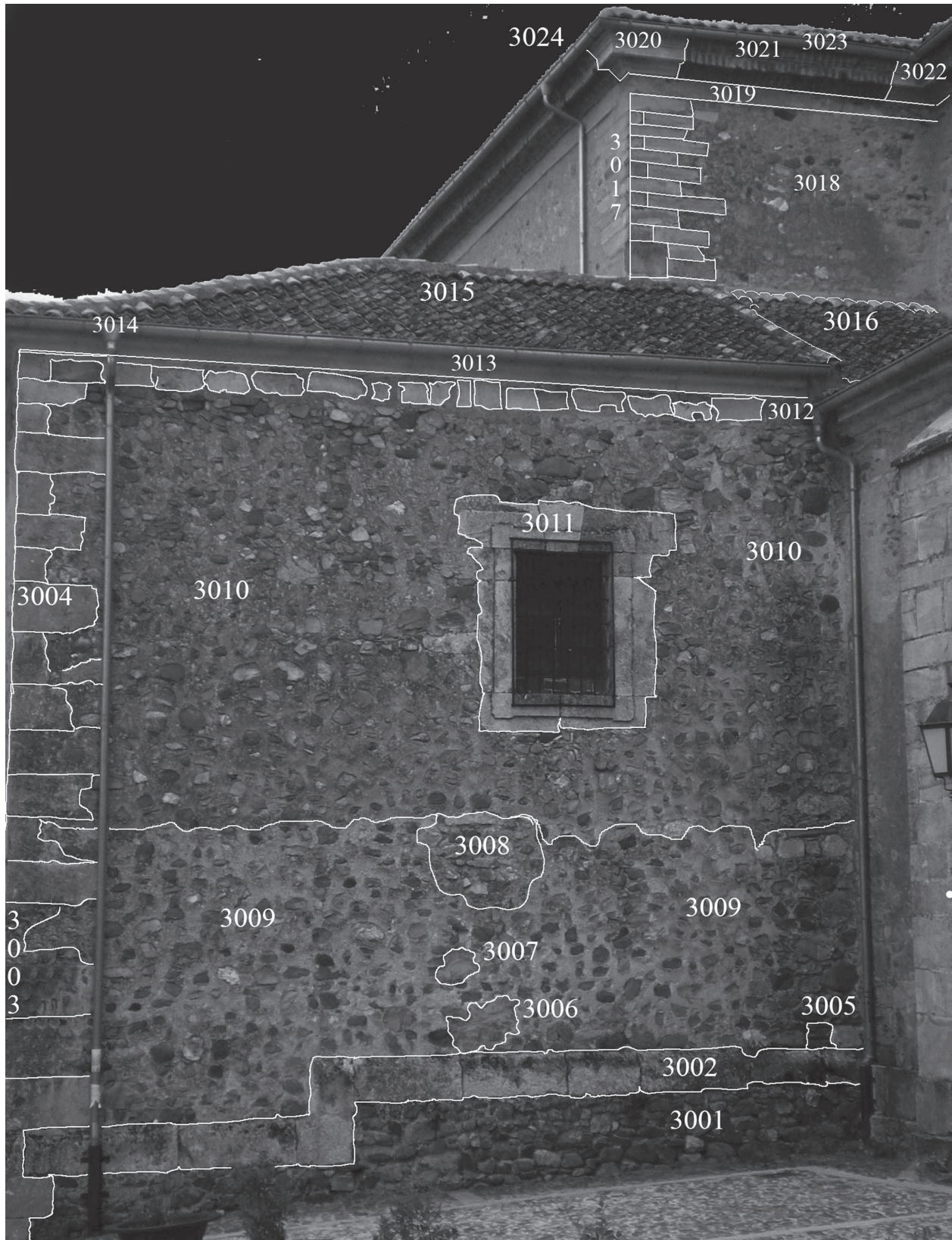
A evolução construtiva do edifício é uma informação que o arqueólogo perde quando não entra diretamente em contato com a materialidade construída, seja análise micro ou macro, o autor vai estar preso à planta, quando sabemos que muitas vezes projetos não são levados a cabo como cogitados, sejam econômicos e até mesmo sociais. Neste sentido, essa é uma análise que desafia o arqueólogo na especialização para lidar metodologicamente com uma abordagem tátil do edifício.

Em outras palavras, um arqueólogo que se propõe a trabalhar sobre o signo da arqueologia da arquitetura, no mínimo precisa dominar as ferramentas básicas do conhecimento arquitetônico, justificando sua presença num momento tão delicado como a restauração. E a partir de então realizar as abordagens de interpretação simbólicas, contribuindo assim para o avanço na construção do conhecimento teoricamente orientado. Em síntese, podemos afirmar que atualmente a abordagem arqueológica que se realiza na restauração arquitetônica no Brasil, possui duas vertentes: A primeira que se propõe a um contato direto sobre o

edifício, escavando paredes e solo e com pouca, ou mesmo nenhuma diferença da metodologia aplicada nos primórdios da disciplina. A segunda orientada pelos estudos pós-processuais tem abordado o edifício

como uma estrutura carregada de simbolismos, analisando espacialmente sobre suas plantas, sem intervir em sua materialidade. Essa abordagem tem sido feita independente da restauração arquitetônica.

Ton Ferreira



3. Modelo de leitura estratigráfica, parede Oeste da Iglesia de Riaza-Segovia-ES.

ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA: PONTO DE CONVERGÊNCIA DE INTERESSES ENTRE ARQUEÓLOGOS E ARQUITETOS ?

Se tivéssemos que sinalar um marco para a gênese da arqueologia da arquitetura, este seria a publicação do livro de Eduard Harris em 1979, no qual o autor defendeu a existência de uma estratigrafia arqueológica com comportamento e formação que em muito diferia da estratigrafia clássica pensada sob leis naturais e que durante muitas décadas foi à chave para a interpretação da estratigrafia dos sítios arqueológicos escavados.

A obra expõe com clareza as principais características dos estratos e horizontais ou verticais. Contudo será especificamente na explanação sobre os *estratos verticais* e suas respectivas *interfaces* que independente de estarem soterrados ou erigidos sobre superfície possuía uma formação estratigráfica e podiam ser sistematizados como os estratos horizontais (Harris, 1991, p. 77)

Comentando os esquemas estratigráficos de Wheller 1954, Harris demonstra como a metodologia de trabalho pode dá distintas interpretações ao pensar os estratos verticais de modo distintos dos horizontais. Ao vislumbrar essa verticalidade na estratigrafia do solo, Harris foi capaz de extrapolar o pensamento estratigráfico as paredes erigidas acima da superfície dando margem para que futuramente os arqueólogos encontrassem nesse argumento o fundamento para o construto de uma prática arqueológica sobre as mesmas.

Ainda nessa perspectiva, Harris chamaria atenção para as especificidades das paredes e suas possibilidades de sistematização (fig. 3): *Las interfases de estrato verticales forman la superficie de un estrato vertical, generalmente un muro. El hecho de ser superficies verticales hace que no tengan curvas de nivel a la manera de las interfaces horizontales. Normalmente contienen numerosos detalles arquitectónicos, que se registran en los alzados* (Idem, p. 89) Na última edição de sua obra, Harris já assinalava alguns autores anglo-saxões que começavam a fazer uso para os estudos da arquitetura histórica através da sistematização dos seus estratos e interfaces verticais, sintetizados em matrix harris.

Será na Europa continental, mais precisamente na Itália que as ideias de Harris tomaram nova dimensão. Os arqueólogos pioneiros na área, aplicariam tais ideias sobre os estudos do período medieval. Segundo Mannoni o interesse dos arqueólogos que trabalham com o período medieval pela arqueologia da arquitetura se dá pelas transformações sócioeconômicas do período, cujos resultados de tantas mudanças culturais foram refletidos na arquitetura. Por outro lado, não se pode negar que este seja um dos períodos onde existe uma

maior interdisciplinaridade na abordagem arquitetônica (Mannoni, 1998, p. 41).

Na década de 1990 sob o rótulo de arqueologia da arquitetura a produção do conhecimento gerado sobre a arquitetura através da análise estratigráfica ganharia espaço com a publicação da revista de mesmo nome *Archeologia dell'Architettura*. A ação não somente consolidava o nome dado por Mannoni à prática da leitura arqueológica da edificação histórica por meio do sistema estratigráfico, como lançava as bases do que se propunha ser uma disciplina capaz de sistematizar dados sobre a evolução construtiva do edifício e refletir sobre os aspectos sócioeconômicos e culturais que os geraram: "Questo impegno ha però portato a trascurare l'obiettivo prioritario dell'archeologo: recuperare dalle sequenze di un edificio informazioni storiche, per le quali servono anzitutto corpora e censimenti esauritivi, e studi che pongano in relazione le architetture con l'organizzazione agraria, le trasformazioni dei paesaggi antropici, le trasformazioni economiche e sociali" (Brogiolo, 2002, p. 19).

A arqueologia da arquitetura se consolidou como uma revolução no que se refere à possibilidade aplicativa na restauração arquitetônica. O novo método de abordagem arqueológico colocou em cheque elementos básicos sobre os quais a restauração arquitetônica havia firmado seus princípios. O domínio da história da arte e consequentemente dos antigos esquemas estilísticos, bases na formação de qualquer arquiteto restaurador, começaram a ser questionados. O reencontro direto com a materialidade, através da sistematização dos dados estratigráficos colocou em evidência a fragilidade de conhecimento produzido por arquitetos e arqueólogos ao longo de décadas da disciplina restauração

O DESAFIO DA APLICAÇÃO DA ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA NO BRASIL

O percurso percorrido para entender as atuais dificuldades da aplicação da arqueologia na restauração arquitetônica, bem como o impasse entre arqueólogos e arquitetos, nos levou a entender que a problemática se centra em fatores historicamente construídos: a exacerbação do valor econômico do edifício na lógica do restauro, a exaltação da estética em detrimento do valor histórico, a restauração como fator de valorização do monumento para as políticas do turismo cultural e a apropriação social do monumento desvinculado do seu valor histórico.

A sistematização de dados proporcionados pela leitura estratigráfica murária é certamente uma das grandes chaves nesse processo. Sua utilização na fase anterior as intervenções ou mesmo aliada a fase do desmonte

(orientado e controlado por ambos os profissionais envolvidos no processo) é uma das grandes ferramentas na construção de justificativas que orientam a fase do projeto de restauração arquitetônica.

O controle na tomadas de dados e o devido registro das unidades estratigráficas murarias possuem duas facetas nesse processo de construção do conhecimento aliado ao momento do restauro: primeiro estabelece uma evolução construtiva do edifício com base na sua própria materialidade, dando base para construção de justificativas na tomada de decisões sobre o projeto de restauração. Em segundo constitui um dossiê que evita que se percam completamente as informações da evolução construtivas e dos vestígios do passado materializado na edificação.

A importação da leitura estratigráfica de paredes para o contexto brasileiro tal qual há sido pensada e sistematizada na Europa, requer uma série de adaptações e de superação de entraves que advém da própria conformação arquitetônica local. Não podemos negar que o fato de haver experimentado todo um desenvolvimento na área medieval, tenha dotado o arcabouço da arqueologia da arquitetura para uma maior apreensão do patrimônio em pedra

Desta forma, o arqueólogo brasileiro que enverede por este caminho terá um árduo labor na construção de bases de conhecimento locais em matéria de estudos da evolução construtivas da arquitetura vernácula e sobre tudo de materiais e de soluções construtivas para as construções em terra.

Negar esta especificidade ou insistir na exclusão dessas construções é incorrer em um erro secular no que se refere aos estudos da arquitetura histórica, pois exclui uma parcela considerável de culturas que conformaram o que hoje chamamos de Brasil. O privilégio pelo estudos da construção em "Pedra e cal" que num passado chegou a fazer parte dos critérios do IPHAN, forjou durante anos uma identidade luso-brasileira em detrimento de outras culturas como africanas e nativas, cujas características construtivas foram parcamente estudadas, ou simplesmente negadas na tentativa de construção de uma identidade brasileira homogênea e livre de contradições.

Ainda no que se refere aos estudos arqueológicos da arquitetura no Brasil, seria um retrocesso pensar na in-

serção de uma metodologia cujo fim seja apenas uma estratificação de momentos evolutivos do monumento. O peso da arqueologia pós-processual no Brasil é algo que não se pode negar na atualidade.

Por outro lado, não podemos deixar de ressaltar uma questão que nos parece primordial no que se refere a participação do arqueólogo no projeto de restauração arquitetônica: a formação de arqueólogos brasileiros com capacidade de entender o arcabouço construtivo da arquitetura. Entendemos que historicamente a arqueologia brasileira voltou seu olhar para o período pré-histórico. Fato que explica o pouco interesse por temas de períodos mais recentes e claramente de preparo para lidar com a arquitetura como objeto de estudo. Essa característica dos arqueólogos brasileiros se pode notar mesmo nos que começaram suas carreiras pelos estudos históricos, por influência da abordagem pós-processual se voltaram mais para um estudo simbólico e suas vertentes.

As atuais controvérsias sobre a obrigatoriedade dos estudos arqueológicos nos centros urbanos e em restaurações arquitetônicas não possui razão de ser. A legislação é clara no que se refere a salvaguarda da materialidade histórica que denote ser testemunho factível de construção de conhecimento sobre o passado brasileiro.

A própria história da relação do IPHAN com a arqueologia vai de encontro à política atualmente gerada dentro de alguns setores da instituição que procuravam negar essa obrigatoriedade. Como vimos, a arqueologia histórica no Brasil e os estudos de arqueologia voltada para a arquitetura iniciou no ceio do IPHAN e foi esta instituição quem apoiou e investiu nesses primeiros estudos, fomentando inclusive eventos com objetivo de divulgar e disseminar os estudos arqueológicos da arquitetura, pois no momento ainda desconhecido e inclusive visto de forma discriminatório pelos arqueólogos que se dedicavam ao período pré-histórico. A reestruturação do IPHAN após o desmantelamento sofrido na década de 1990, parece ter esquecido esta especificidade. Acreditamos que esse esquecimento nada gratuito, ancora suas razões de ser da dinâmica mercadológica na qual se estabeleceram as lógicas restaurativas do *programa Monumenta*.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, M. (1992) – Arqueologia Histórica, Arquitetura e Restauração. *Clio- Série Arqueologia- Revista do Curso de Mestrado em História*. Recife (8), p. 131- 151.

AZKARATE, A. (2002) – Intereses cognoscitivos y praxis social en Arqueología de la Arquitectura. *Arqueología de la Arquitectura*, 1, Vitoria, p. 55-71.

BROGIOLO, G. P.(2002) – L'Archeologia dell'architettura in Italia nell'ultimo quinquennio (1997-2001). *Arqueología de la Arquitectura*, 1, Vitoria, p. 19-26.

HARRIS, E.C. (1991) – *Princípios da Estratigrafia Arqueológica*. Barcelona. Ed. Crítica.

LIMA, T. A. (1993) – Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). *An. mus. paul.*, vol. 1, n.º 1, p. 225-262.

MANNONI, T. e MILANESE, M. (1988) – Archeologia della produzione. In Francovich, Ricardo e Parenti, Roberto. *Archeologia e Restauro Dei Monumenti*. Edizione All'insegna del giglio. Firenze. p. 383-402.

MENDOÇA, M. (2008) – *A Documentação como Ferramenta de Preservação da Memória: Cadastro, Fotografia, Fotogrametria e Arqueologia*. *Cadernos Técnicos*. Brasília. IPHAN.

NAJJAR, R.(2002) – *Arqueologia Histórica – Manual*. Brasília. IPHAN.

PROGRAMA MONUMENTA. Acesso a 10 de Maio de 2007. Em <http://monumenta.gov.br/site/>.

ZARANKIN, A. (2001) – *Paredes que domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista: O caso de Buenos Aires*. Tese de doutorado. Universidade de Campinas.